

**Fundação de Previdência Complementar
do Estado de Alagoas - ALPREVCOMP**

CNPJ: nº 35.029.962/0001-58

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas - ALPREVCOMP

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;

Balanços patrimoniais;

Demonstrações da mutação do patrimônio social;

Demonstrações do plano de gestão administrativa;

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício;

Demonstrações da mutação do ativo líquido por plano de benefício;

Demonstrações das provisões técnicas por plano de benefício; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e Participantes da
Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas - ALPREVCOMP
Maceió - AL

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas - ALPREVCOMP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas - ALPREVCOMP**, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **ALPREVCOMP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da **ALPREVCOMP** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **ALPREVCOMP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **ALPREVCOMP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da **ALPREVCOMP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **ALPREVCOMP**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **ALPREVCOMP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **ALPREVCOMP** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, de 12 de março de 2024.

MOORE VR AUDITORES & CONSULTORES SS
CRC 1 GO 02158/O-4

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Demonstrações Contábeis Exercício 2023

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Disponível (NE 3.1)	11	148	Exigível Operacional (NE 3.4)	376	294
			Gestão Previdencial	161	93
			Gestão Administrativa	210	201
Realizável (NE 3.2)	76.131	29.354	Investimentos	5	0
Gestão Previdencial	7	321	Gestão Previdencial	3	0
Gestão Administrativa	40	35	Gestão Administrativa	2	0
Investimentos	76.084	28.998			
Títulos Públicos Federais	52.536	0			
Ativos Financeiros de Crédito Privado	7.012	0			
Fundos de Investimentos	16.536	28.998	Patrimônio Social (NE 3.5)	75.804	29.250
			Patrimônio de Cobertura do Plano	50.112	4.196
Permanente (NE 3.3)	38	42	Provisões Matemáticas	50.112	4.196
Imobilizado	38	42	Benefícios a Conceder	50.112	4.196
			Fundos	25.692	25.054
			Fundos Previdenciais	21	7
			Fundos Administrativos	25.671	25.047
TOTAL DO ATIVO	76.180	29.544	TOTAL DO PASSIVO	76.180	29.544

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	29.250	25.129	16
1. Adições	51.289	7.190	613
Contribuições	44.215	3.666	1.106
Portabilidade	114	87	31
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.006	166	1.711
Receitas Administrativas	855	395	116
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.099	2.876	8
2. Destinações	4.735	3.069	54
Resgates	21	3	600
Portabilidade	87	44	98
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	1.297	265	389
Despesas Administrativas	3.330	2.757	21
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	46.554	4.121	1.030
Provisões Matemáticas	45.916	3.604	1.174
Fundos Previdenciais	14	3	367
Fundos Administrativos	624	514	21
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)	75.804	29.250	159

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	4.203	596	605
1. Adições	47.993	4.155	1.055
Contribuições	44.873	3.902	1.050
Portabilidade	114	87	31
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.006	166	1.711
2. Destinações	2.063	548	276
Resgates	21	3	600
Portabilidade	87	44	98
Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	1.297	265	389
Custeio Administrativo	658	236	179
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	45.930	3.607	1.173
Provisões Matemáticas	45.916	3.604	1.174
Fundos Previdenciais	14	3	367
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	50.133	4.203	1.093
C) Fundos não previdenciais*	25.671	25.047	2
Fundos Administrativos	25.671	25.047	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	variação %
1. Ativos	76.094	29.413	159
Disponível	10	147	-93
Recebível	25.679	25.368	1
Investimento	50.405	3.898	1.193
Títulos Públicos Federais	37.214	0	100
Ativos Financeiros de Crédito Privado	1.316	0	100
Fundos de Investimento	11.875	3.898	205
2. Obrigações	290	163	78
Operacional	290	163	78
3. Fundos não Previdenciais	25.671	25.047	2
Fundos Administrativos	25.671	25.047	2
5. Ativo Líquido (1-2-3)	50.133	4.203	1.093
Provisões Matemáticas	50.112	4.196	1.094
Fundos Previdenciais	21	7	200

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.047	24.533	2
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.954	3.271	21
1.1. Receitas	3.954	3.271	21
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	658	236	179
Custeio Administrativo dos Investimentos	67	4	1.575
Receitas Diretas	130	31	319
Outras receitas	0	124	-100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3.099	2.876	8
2. Despesas Administrativas	3.330	2.757	21
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	3.330	2.757	21
Pessoal e Encargos)	2.388	1.857	29
Treinamentos/Congressos e Seminários	5	28	-82
Viagens	26	19	37
Serviços de Terceiros	547	554	-1
Despesas Gerais	160	138	16
Depreciações e Amortizações	11	11	0
Tributos	188	149	26
Outras despesas	5	1	400
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	624	514	21
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	624	514	21
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	25.671	25.047	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022	variação%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	50.297	4.371	1.051
1. Provisões Matemáticas	50.112	4.196	1.094
1.2. Benefício a Conceder	50.112	4.196	1.094
Contribuição Definida	50.122	4.196	0
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) /instituidor(es)	7.106	2.032	250
Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	42.782	2.055	1.982
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	224	109	106
3. Fundos	21	7	200
3.1. Fundos Previdenciais	21	7	200
4. Exigível Operacional	164	163	1
4.1. Gestão Previdencial	161	159	1
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	4	-25

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1 CONTEXTO

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas - **ALPREVCOMP** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita sob o C.N.P.J. 35.029.962/0001-58 e possui seu Plano de Benefício, AL-PREVCOMP, segregado sob o número C.N.P.J 48.307.750/0001-37 e CNPB 2020.0023-29. A Fundação é regida pelas Leis Complementares federais nº 108 e nº 109, ambas de 2001, pelo seu Estatuto, Decreto Estadual nº 57.139, de 12 de janeiro de 2018 e pela Lei Complementar do Estado de Alagoas n.º 44, de 13 de julho de 2017, e normas subsequentes. Foi autorizada a funcionar pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da portaria nº 104 de 6 de fevereiro de 2019. A **ALPREVCOMP** não possui fins lucrativos, possui autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

A Portaria PREVIC/DILIC nº 682, editada no dia 13 de outubro de 2020 e publicada no Diário Oficial da União no dia 15 de outubro de 2020 aprovou o Regulamento do Plano de Benefícios e estabeleceu um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a Entidade iniciasse o seu funcionamento que aconteceu no dia 07 de janeiro de 2021 quando a Entidade recebeu o primeiro repasse referente a entrada de participantes. Outrossim, o ingresso de Participantes contabilmente aconteceu no final de 2020, motivo pelo qual, em dezembro de 2020, foi aberto um balancete para o PGA (Plano de Gestão Administrativa) e PB (Plano de Benefício) onde as contribuições foram provisionadas.

A **ALPREVCOMP** tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, mediante contribuição de Participantes, de Patrocinadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciários, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus Participantes, Patrocinador, recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo plano, resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais e doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes, observado o disposto no § 3º do art. 202 da Constituição Federal.

São Patrocinadores da ALPREVCOMP o Governo de Estado de Alagoas, Tribunal de Justiça de Alagoas - TJAL, Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE-AL, Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas - PGJ, Defensoria Pública Estadual de Alagoas-DPAL e a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Alagoas - ALPREVCOMP.

O Plano de Benefícios, **AL-PREVCOMP**, possuía na data base o seguinte quadro de Participantes ativos e assistidos:

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Item	2023	2022
Nº Participantes Ativos*	370	161
Idade Média(anos)*	38	35
Contribuição Média – Participante**	R\$ 1.297,73	R\$ 1.658,25
Contribuição Média – Patrocinador***	R\$ 1.293,44	R\$ 1.612,17
Saldo Individual Médio – Participante*	R\$ 115.363,56	R\$ 11.218,90
Saldo Individual Médio – Patrocinador*	R\$ 18.594,72	R\$ 10.529,66
Remuneração Média***	R\$ 24.083,61	R\$ 24.770,83
Folha de salário mensal***	R\$ 8.910.103,90	R\$ 3.988.103,75

*Contempla participantes ativos e autopatrocinados

** Não foi considerado o Benefício especial

*** Somente participantes ativos na patrocinadora

O Plano **AL-PREVCOMP** é estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD - e todos os benefícios ofertados pelo plano são oferecidos na mesma forma. Os benefícios de risco presentes no plano são realizados por meio de contrato junto a sociedade seguradora e o pecúlio em decorrência de sinistro é transformado em renda financeira de forma condizente com a modalidade de Contribuição Definida.

A Entidade é regida por estatuto, pelo regulamento do plano de benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

Essas demonstrações consolidadas e por plano são apresentadas em Reais mil, que é a moeda funcional da Entidade.

No exercício de 2023 a entidade implementou, os procedimentos operacionais para cumprimento da Resolução CNPC nº 46 de 01 de outubro de 2021, alterada pela Resolução CNPC nº 57 de 28 de junho de 2023, que estabelecia prazo para a instituição de CNPJ por Plano. Esta ação tem como objetivo principal garantir a independência patrimonial entre os Planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, segregando-os no caso de haver a administração de mais de um plano e distinguindo da administração da própria entidade gestora. Para isso foram abertas as contas Correntes, para movimentação, e de Investimento, com o novo CNPJ do plano, visando a segregação de toda a movimentação previdenciária. A conta Corrente e de Investimento do PGA permaneceu com o CNPJ da entidade, para a movimentação administrativa.

2 APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução Previc nº 23 de 14 de agosto de 2023, Resolução CNPC nº 43 de 6 de agosto de 2021, Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2001- Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as práticas

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

contábeis brasileiras.

A **ALPREVCOMP** apresenta, mensalmente, balancetes pelo Plano de Gestão Administrativa, pelo Plano de Benefício e Consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Diretoria Executiva da **ALPREVCOMP** autorizou o envio das demonstrações contábeis aos respectivos Conselhos Fiscal e Deliberativo no dia 12 de março de 2024. Foi apreciada pelo Conselho Fiscal em 14 de março de 2024 e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 21 de março de 2024.

A contabilidade da **ALPREVCOMP** é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do Plano de Benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do Plano de Benefícios de natureza previdenciária.

Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

A **ALPREVCOMP** adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Os registros relativos a contribuições de Participantes Autopatrocinados são vinculados ao Plano de Contribuição Definida são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com a Resolução CNPC nº 43 de 6 de agosto de 2021.

Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela **ALPREVCOMP**, para elaboração de suas demonstrações contábeis, são aquelas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e podem ser resumidas como segue:

A) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência com exceção dos Autopatrocinados;

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

- B) Os recursos garantidores das reservas geridas pela ALPREVCOMP estão aplicados de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.994 de 24 de março de 2022 que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar;
- C) A contabilização dos investimentos é realizada por segmento de aplicação, no caso, em Renda Fixa (Fundo de Investimentos);
- C.1) As Aplicações em Renda Fixa (Fundo de Investimentos), são demonstradas pelo valor nominal de aquisição, acrescidas dos rendimentos, calculados com base na valorização das cotas dos fundos de investimentos;
- D) No exigível operacional são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros. Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do Plano de Benefício previdencial. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos resultados dos investimentos e pela subvenção econômica feita pelo Patrocinador Governo do Estado de Alagoas¹, deduzidas das despesas da administração previdencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo;
- E) Para as provisões matemáticas o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de Participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano. A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de Participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão;
- F) A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Na Entidade não houve movimentações com estas características no período correspondente a esta demonstração;
- G) O ativo permanente é segregado em imobilizado e intangível. A Entidade possui bens do imobilizado

¹ arts.2º e 3º da Lei Complementar do Estado de Alagoas, nº 54 de 2021.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

que são registrados pelo custo de aquisição e depreciados mensalmente pelo método linear às taxas anuais fixadas por tipo de bem, a saber: Hardware e Software, à taxa de 20% ao ano; Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, e Instalações em Geral, à taxa de 10% ao ano; e Refrigeradores de ar, à taxa de 25% ao ano;

- H) Os valores relativos às férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e 13º salário, são provisionados no PGA segundo sua competência acrescidos dos encargos sociais.
- I) Todos os ativos são marcados a mercado.
- J) A Entidade não apresentou contingências no Exercício.

4 GERENCIAMENTO DOS RISCOS

O gerenciamento de riscos na ALPREVCOMP segue as melhores práticas de mercado e o que estabelece a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 06 de outubro de 2004, a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e os Guias PREVIC de melhores práticas em EFPC. Os processos são constantemente aprimorados e abrangem, entre outros, os riscos operacionais, de mercado, financeiro, crédito, liquidez, legal e de imagem. A gestão é realizada de acordo com as regras estabelecidas para cada risco.

Na Fundação, a avaliação de riscos consiste na identificação e análise de riscos, que podem ser internos e externos, e que constituam obstáculos ao alcance dos objetivos da Entidade. Essa avaliação considera a severidade dos riscos, a frequência com que ocorrem, seu nível de impacto e como administrá-los.

As categorias de riscos gerenciadas pela **ALPREVCOMP** são:

Risco de Mercado: É o risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, como taxa de juros, taxa de câmbio, preço das ações e de commodities. O risco de mercado manifesta-se quando o valor de uma carteira oscila em função de variações ocorridas nos preços dos títulos e valores mobiliários.

Risco de Crédito: Refere-se a uma possível incapacidade de pagamento por parte dos devedores de quaisquer títulos ou obrigações relativas à operação da empresa. Tais riscos são classificados em baixo, médio e alto risco de crédito, assim definidos por agências especializadas, tais como Fitch Rating, Moody's Investor, Standard & Poors entre outras.

Risco de Liquidez: Está relacionado ao "casamento" dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. À medida que os prazos de vencimentos das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos. Além disso, o planejamento garante que as alienações dos ativos ocorram no prazo certo e ao preço justo.

Risco Atuarial: decorre do crescimento não esperado das responsabilidades do Plano de Benefícios, item representado pelas reservas matemáticas, em ritmo mais intenso que o previsto para o crescimento dos recursos garantidores. Anualmente é realizada revisão do Plano de Custeio da Entidade, bem como é acompanhado mensalmente os resultados do Plano.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Risco Legal: está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos, surge quando os procedimentos e rotinas desrespeitam o ordenamento jurídico. Todos os contratos da Entidade são feitos com base nas regras constantes nos normativos federais, notadamente a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trazem fortes controles legais, principalmente quanto às obrigações do contratado e do contratante no que se diz respeito à mitigação dos riscos legais envolvidos.

Risco Sistêmico: se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Por concepção, é um risco que não se controla – o que não significa que deve ser relevado porque tem a possibilidade de afetar um número considerável de instituições e de mercados, prejudicando, assim, o bom funcionamento do sistema financeiro. As aplicações consideram os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância do setor, do emissor e dos prestadores de serviço em um evento de crise.

Risco de Gestão: perpassa todas as áreas da Entidade. A estrutura adequada observa as características próprias da Entidade – porte, número de planos, modalidade dos planos, número de participantes ativos e assistidos, atendendo-se ainda à estrutura mínima prevista em lei e as orientações da PREVIC. A estrutura busca mitigar os riscos relacionados à concentração de poderes, garantindo a segregação de funções e privilegiando as decisões colegiadas.

5 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS ANUAIS

De acordo com a Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021 e Resolução Previc nº 23 de 14 de agosto de 2023, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- **Balanco Patrimonial Consolidado Comparativo**

É a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a posição patrimonial e financeira da ALPREVCOMP.

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)**

Neste demonstrativo são apresentadas as adições e as reduções ocorridas no patrimônio social, com os valores consolidados dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.

- **Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios - DMAL**

Tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

- **Demonstr  o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

benefícios, ao final de cada exercício.

- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, demonstrando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

Nesta demonstração são detalhadas as operações realizadas no plano de gestão administrativa como: custeio, despesas, resultados dos investimentos administrativos e constituições/reversões do fundo administrativo.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem como finalidade registrar todos os eventos contábeis da gestão administrativa da Entidade, de forma segregada dos balancetes do Plano de Benefícios Previdenciários, utilizando de balancetes próprios.

O artigo 5º da Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, estabeleceu para as Entidades sujeitas à Lei Complementar nº 108, de 2001, os limites anuais de recursos destinados para cobertura das despesas administrativas, a escolha de um entre os seguintes limites:

Taxa de administração de até 1% - valor correspondente a este percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir; e

Taxa de Carregamento de até 9% (nove por cento) – valor correspondente a este percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

No caso da **ALPREVCOMP**, após a aprovação do plano de custeio pelo conselho deliberativo da Entidade na 53ª reunião do referido órgão de deliberação superior, com fundamento no art. 20 do regulamento do plano de benefícios, foram fixados os seguintes percentuais:

TIPO DE CUSTEIO	VALOR EQUIVALENTE	FONTES DE CUSTEIO	FONTES PAGADORAS
Taxa de Administração	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre os Recursos Garantidores da Entidade (Conta 1.2.3 do Balancete do Plano).	Montante deduzido da rentabilidade do Plano .	Patrocinadoras, Participantes, Assistidos e Beneficiários.
Taxa de Carregamento	6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) ao mês incidente sobre as contribuições do Participante Ativo Patrocinado, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao mês incidente sobre as contribuições do Participante Ativo Facultativo e 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao mês incidente sobre as contribuições Adicionais e Voluntárias. As contribuições Voluntárias	Montante calculado ou deduzido mensalmente, conforme o caso, das contribuições e aportes dos Participantes e Patrocinadoras, bem como dos benefícios dos Assistidos e Beneficiários.	Patrocinadoras, Participantes, Assistidos e Beneficiários.

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

TIPO DE CUSTEIO	VALOR EQUIVALENTE	FONTE DE CUSTEIO	FONTES PAGADORAS
	advindas do Benefício Especial são isentas da Taxa de Carregamento.		
Pró-labore Seguradora	10% (dez por cento) sobre a fatura do Risco – Referente as coberturas de Morte e Invalidez e de Prestação de Serviço de Comercialização, firmado com a MAG Seguros.	Aportado pela Seguradora.	Seguradora.
Fundo Administrativo	Utilização de recursos do Fundo Administrativo constituído.	Fundo Administrativo	Fundo administrativo constituído com aporte Patronal.
Multa	2% (dois por cento) incidência sobre o valor corrigido das contribuições em atraso.	Montante arrecadado das contribuições pagas em atraso.	Patrocinadoras e Participantes.

5.1 DISPONÍVEL

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Bancos	11	148
Banco Bradesco	3	0
Caixa Econômica	8	148
Total Disponível	11	148

5.2 REALIZÁVEL

5.2.1 Gestão Previdencial

O Realizável Previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos recursos a receber da Entidade, relativos às contribuições das Patrocinadoras e dos Participantes, adiantamentos e outros.

Descrição	2023	2022
Recursos a receber	7	321
Patrocinadora	3	157
Participantes	3	164
Outros Recursos a receber	1	0
Gestão Previdencial	7	321

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

5.2.2 Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa, discriminados a seguir.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Responsabilidade de terceiros	32	27
Outros realizáveis	8	8
Gestão Administrativa	40	35

5.2.3 Investimentos

À carteira de investimentos da Entidade está em conformidade com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo e com a legislação vigente. Para precificação dos títulos e valores mobiliários são utilizados os critérios definidos na Resolução CFC nº 1.198, de 21 de outubro de 2009 e Resolução CVM nº 115/2022, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

(i) Nível I: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(ii) Nível II: Não existe mercado ativo, mas existem informações de ativos/passivos semelhantes que podem ser ajustadas para estimar o valor justo.

(iii) Nível III: Inexiste mercado ativo e informações de outros ativos/passivos são precárias ou inexistentes. Necessária a utilização de modelos para estimar o valor justo.

Nesse contexto e em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022 e a política de investimentos da Entidade, todos os recursos da **ALPREVCOMP** são registrados a valor de mercado.

Neste período a entidade apresentou um crescimento de 2,31 % no PGA e 1193% em seu Plano de Gestão Previdencial. O último crescimento é explicado, em parte, pelo pagamento do Benefício Especial dos servidores que migraram de regime previdenciário e pelo resultado dos investimentos. Durante este exercício, houve a mudança do Custodiante Qualificado dos recursos saindo da Caixa Econômica e migrando para o Bradesco, como também a contratação de uma Gestora de Ativos que permitiu o acesso a novos produtos, consolidando assim a diversificação apresentada.

Descrição	2023	2022
Plano de Gestão Previdencial	50.405	3.898
Títulos Públicos Federais	37.214	0

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativos Financeiros Crédito Privado	1.316	0
Fundos de Investimento – Renda Fixa	11.875	3.898
Plano de Gestão Administrativa	25.679	25.100
Títulos Públicos Federais	15.322	0
Ativos Financeiros Crédito Privado	5.696	0
Fundos de Investimento – Renda Fixa	4.661	25.100
Total Realizável Investimentos	76.084	28.998

5.3 PERMANENTE – IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear.

Descrição (taxa)	2023	AQUISIÇÕES	DEPRECIÇÕES	2022
Imobilizado	38	6	-10	42
Móveis e Utensílios (10%)	18	6	0	12
Computadores (20%)	20	0	-10	30
Total do Ativo Permanente	38	6	-10	42

5.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.4.1 Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar, as retenções a recolher incidentes sobre estes e os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Valores a repassar risco terceirizado	149	91
Outras exigibilidades	12	2
Total Exigível Gestão Previdencial	161	93

5.4.2 Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade, relativo a tributos, fornecedores e retenções a recolher.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Descrição	2023	2022
Salários e Encargos	188	180
Fornecedores	1	0
Tributos a Recolher	18	16
Retenções a Recolher	3	5
Total Exigível Gestão Administrativa	210	201

5.4.3 Investimentos

Registra os compromissos a pagar relativos à gestão dos investimentos da entidade.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Fundos de Investimentos Previdencial	3	0
Fundos de Investimento Administrativo	2	0
Total Exigível Investimento	5	

5.5 PATRIMÔNIO SOCIAL

5.5.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos Participantes do Plano de Benefícios AL-PREVCOMP.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os Participantes.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de Participantes, os órgãos públicos e a própria ALPREVCOMP.

O valor das provisões matemáticas do plano, está evidenciado no parecer atuarial do encerramento do exercício de 2023 e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Patrimônio Social	75.804	29.250
Patrimônio de Cobertura do Plano	50.112	4.196
Provisões Matemáticas	50.112	4.196
Benefícios a Conceder	50.112	4.196

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Contribuição Definida	50.112	4.196
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	7.106	2.032
Saldo de Contas – Parcela constituída pelos Participantes	42.782	2.055
Saldo de Contas – Parcela Participantes portada de EFPC	224	109
Fundos	25.692	25.054
Fundos Previdenciais	21	7
Fundos Administrativos	25.671	25.047

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os Planos de Benefícios previdenciais, pela pessoa jurídica legalmente habilitada, Mongeral Aegon Administração de Benefícios, CNPJ: 10.465.620/0001-50 e os resultados estão contabilizados no Balanço Patrimonial.

O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios definidos é o de capitalização. Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

5.5.1.1 Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

5.5.1.2 Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos Participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pelo atuário independente, Arthur de Araújo Godinho Luzia, MIBA nº 2.353, contratado pela Entidade por meio da Mongeral Aegon Administração de Benefícios. Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pelo atuário que se encontra em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

A. Econômicas	2023	2022
Taxa Real de Juros (a.a)	3,23	3,12
B. Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 – F SUAV 10%	AT-2000 – F SUAV 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 – F SUAV 10%	AT-2000 – F SUAV 10%

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuarias não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios AL-PREVCOMP, administrado pela ALPREVCOMP, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2023 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus Participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

5.5.2 Fundos Previdenciais

A formação de Fundo Previdencial foi constituída nesse exercício pois houve resgate de Participantes conforme previsão no Regulamento:

"Art. 53. Os recursos remanescentes verificados na Conta de Patrocinador, os quais, nas situações previstas neste Regulamento, não sejam utilizados para o pagamento de benefícios, de Portabilidade ou de Resgate, serão destinados à constituição de um fundo previdencial e será utilizado pelo Patrocinador como fonte de recursos para aporte futuro da respectiva Contribuição Básica ou Contribuição de Risco, conforme definido pelo órgão estatutário competente da Entidade."

	2023	2022
Fundos Previdenciais	21	7
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	21	7

5.5.3 Fundo Administrativo

Registra o fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

COMPOSIÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO		
DESCRIÇÃO	2023	2022
SALDO ANTERIOR DO FUNDO ADMINISTRATIVO	25.047	24.533
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	855	395
Patrocinadores	326	118
Participantes	332	118

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Custeio Adm. de Investimentos	67	4
Receita Proveniente de Seguradora	130	31
Outras Receitas	0	124
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.330	2.757
Pessoal e Encargos	2.388	1.857
Treinamentos/Congressos e Seminários	5	28
Viagens e Estadias	26	19
Serviços de Terceiros	547	554
Despesas Gerais	160	138
Depreciações e Amortizações	11	11
Tributos	188	149
Outras Despesas	5	1
SALDO (RECEITAS - DESPESAS)	-2.475	2.362
Fluxo Positivo dos Investimentos	3.099	2.876
Constituição/Reversão Fundo Administrativo	624	514

5.6 APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

De acordo a Resolução Previc nº 23 de 14/08/2023, os ajustes necessários à consolidação das demonstrações contábeis e balancetes devem ser registrados no balancete de Operações Comuns. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Código	Conta	2023	2022
1.02.02.01.01	Contribuições para custeio Previdencial	(87)	(63)
1.02.02.03.01	Participação no Plano Administrativa de Gestão	(25.671)	(25.047)
1.02.02.06.01	Contribuições para custeio Investimento	(38)	(5)
1.02.02.99.01	Outros Realizáveis	0	(2)
2.01.01.06.01	Custeio Administrativo Previdencial	87	63
2.01.01.9905	Outras Exigibilidades	0	2
2.01.03.10.01	Custeio Administrativo Investimentos	38	5
2.03.02.02.02	Participação no Fundo Administrativo do PGA	25.671	25.047

5.7 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

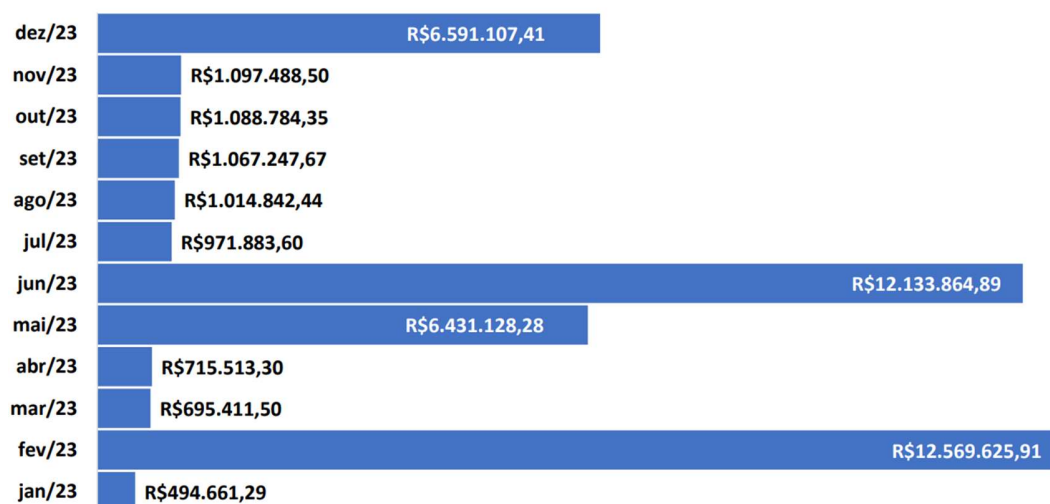
5.7.1 Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura

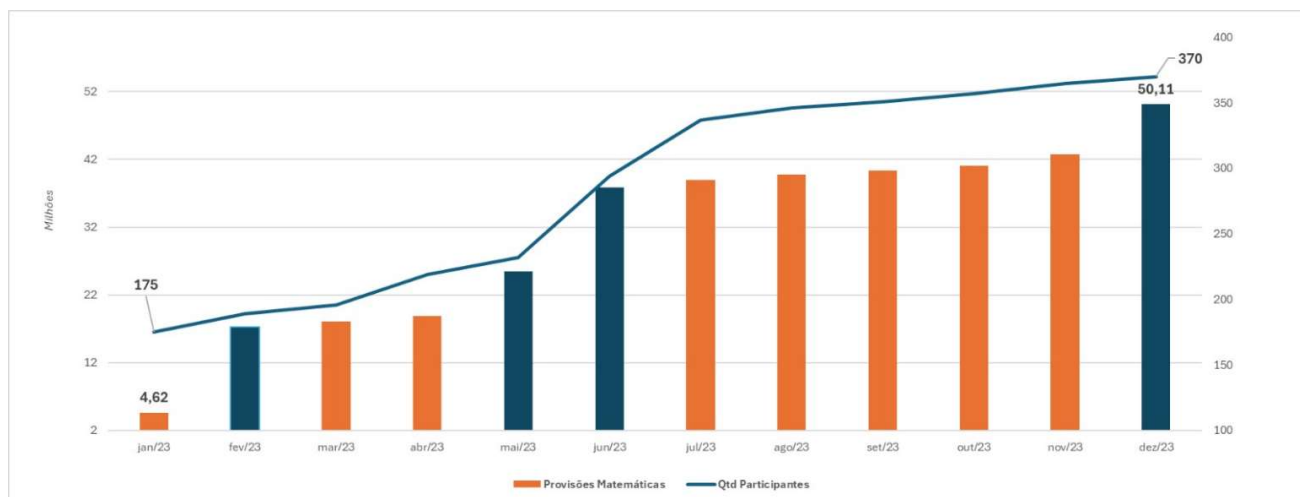
Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

A arrecadação do exercício foi acelerada face o recebimento do Benefício Especial dos servidores que migraram de Regime Previdenciário nos meses de fevereiro, maio, junho e dezembro conforme o detalhamento da figura que representa o total da arrecadação mensalmente:



Tal recebimento, juntamente com o crescimento do número de participantes, impactaram no aumento da arrecadação. Estes eventos refletiram no saldo das Provisões Matemáticas que apresentaram um acréscimo de 1094% conforme demonstração no gráfico. O incremento de participantes é explicado pela migração de regime previdenciário dos servidores e pela contratação de novos.



5.7.2 Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

exclusivamente dos saldos de contas dos Participantes.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 363/2023, é de 4,61% ao ano, sendo o limite inferior de 3,23% ao ano e o limite superior de 5,01% ao ano. A Entidade optou pela adoção da taxa real anual de juros de 3,23% a.a., que é a mínima aceitável no intervalo legal.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2023 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das Entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos Participantes e assistidos.

a) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O custeio das despesas administrativas da ALPREVCOMP teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições dos Participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza.

b) FLUXO DE INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

No exercício de 2023, como já explicado, houve o recebimento do Benefício Especial dos servidores que optaram por mudar de regime previdenciário, um aumento do número de participantes que impactou no incremento da arrecadação, a mudança de Custodiante Qualificado e a contratação de uma Gestora de Ativos que permitiu acesso a novos investimentos proporcionando uma maior diversificação nos ativos financeiros. A variação da cota previdenciária do plano alcançou 10,54%.

6 FATOS RELEVANTES EM 2023

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou a Resolução nº 23, de 14 de agosto de 2023, estabelecendo novos critérios para o mercado de previdência complementar fechada. A Resolução compilou praticamente todas as normas procedimentais e operacionais da Previc em um único

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

normativo, revogando uma relação extensa de normas e instruções, entre elas às regras contábeis, incluindo o plano contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis.

7 EVENTOS SUBSEQUENTES

- A Entidade recebeu o Ofício nº 18/2023 – 17ªPJC, solicitando prestações de informação para esclarecer o objeto da Notícia de Fato nº01.2023.00000540-4, aberta em face de Representação Administrativa formulada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC contra o Estado de Alagoas, a fim de verificar a regularidade da dotação inicial estabelecida na Lei Complementar Estadual nº54/2021 – para custeio das despesas administrativas da Fundação de Previdência Complementar – ser feita na forma de Subvenção Econômica. Em 29/03/2023 o Ministério Público analisou os elementos informativos, entendendo regular a contabilização dos recursos recebidos pelo Patrocinador, arquivando o procedimento e comunicando sua decisão à Previc, qual não se insurgiu contra o arquivamento promovido.
- Em 2022, foi aberto procedimento de monitoramento em face da Entidade, por meio do Processo nº 4011.002771/2022-00, para que a mesma informasse: quais medidas adotadas para incentivar a adesão dos servidores; quais medidas adotadas para a adesão de outros patrocinadores; quais medidas para a adequação das despesas administrativas às receitas correntes futuras; quais medidas serão adotadas para a correta contabilização dos recursos aportados pelo Governo do Estado de Alagoas; e, esclarecer se há monitoramento quanto ao risco de inviabilidade econômico-financeiro da Entidade.
- A Fundação apresentou resposta em 17/06/2022 ao procedimento, informando a criação pelo Estado de Alagoas um incentivo para adesão de novos participantes (LC nº54/2021), mediante pagamento de benefício especial para migração do RPPS para o RPC, bem como foi informada adesão dos Patrocinadores: Defensoria Pública, Procuradoria Geral de Justiça (MP/AL), Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça do Estado, além de que a adesão do Poder Executivo representa 19 entidades da Administração Indireta e 25 órgãos da Administração Direta. Ainda, foi apresentado estudo preditivo, com diversos cenários de evolução da Entidade, onde se verifica ser possível o atingimento do ponto de equilíbrio operacional.
- Em 31/10/2023., a Previc abriu monitoramento para avaliar o andamento das predições apresentadas pela Entidade, por meio do processo. 44011.004111/2023-36 quando da resposta ao procedimento objeto do Processo nº 4011.002771/2022-00, bem como sobre o resultado da janela de migração dos servidores com direito a Benefício Especial. A Fundação apresentou resposta em 10/11/2023. Em 01/12/2023, a Previc encaminhou e-



Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

mail informando que as considerações da EFPC atenderam à solicitação de informações realizada pela equipe de monitoramento.

Maceió/AL, 31 de dezembro de 2023.

Diretor Presidente

Carlos Guimarães Trindade Neto
CPF: 908.273.925-91

Diretora Administrativa e Financeira

Bruna Freire da Rocha Figueirêdo
CPF: 038.127.204-42

Contadora

Marta Almeida da Silva
CRC:RJ-075023/O-5
CPF: 722.624.607-44